



5º Encontro Internacional de Política Social
12º Encontro Nacional de Política Social
Tema: “Restauração Conservadora e novas resistências”
Vitória (ES, Brasil), 05 a 08 de junho de 2017

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

Mudanças no mundo do trabalho: assistente social na assistência social

Juliana Carolina Jorge¹
Priscila Semzezem²
Thaís Gaspar Mendes da Silva³

Resumo: Este trabalho, de natureza qualitativa, fruto de pesquisa bibliográfica e documental objetiva apresentar a relação entre as mudanças do mundo do trabalho, a partir da década de 1970 e os rebatimentos para o assistente social, trabalhador da assistência social. Compreender a conjuntura em que envolve todos trabalhadores e os da assistência social torna-se importante, pois influencia as características do trabalho e a garantia de direitos a população destinatária. Nesse sentido, identificou-se que os avanços na gestão do trabalho da política de assistência social são tensionados pela conjuntura marcada pela precarização do trabalho, destituição de direitos trabalhistas que assolam o assistente social, trabalhador, inserido na política de assistência e o conjunto dos trabalhadores.

Palavras-chave: Serviço Social; Trabalho; Condições de Trabalho.

Changes in the world of work: social worker in social assistance

Abstract: This work, of a qualitative nature, fruit of bibliographical and documentary research, aims to present the relationship between the changes of the world of work, from the 1970s and the refutations for the social worker, inserted in the Social Assistance Policy. Understanding the conjuncture in which workers are involved, among them, the one inserted in the policy of social assistance becomes important, because they influence the characteristics of the work and the guarantee of rights to the target population. In this sense, this study identified that the advances in the management of social assistance work are stressed by the conjuncture marked by the precariousness of work, the dismissal of labor rights that plague the social worker, a worker, inserted in the assistance policy and the workers'.

Keywords: Social work; Job; Work conditions.

Introdução

Compreender a conjuntura delimitando-a nas mudanças ocorridas a partir da década de 1970 que envolve os trabalhadores e nesse conjunto o assistente social, como trabalhador, inserido na política de assistência social, torna-se importante, pois partimos do pressuposto que os elementos que compõe esse cenário influencia as características do trabalho e a garantia de direitos a população destinatária, pois os trabalhadores e o trabalho são os principais mediadores dessa política.

¹ Graduada em Serviço Social, pela Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, campus Paranavaí. E-mail: <juliana_carolina_jorge@outlook.com>.

² Mestre em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, campus Paranavaí. E-mail: <priscilasesmzezem@hotmail.com>.

³ Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” - UNESP/Franca. Mestre em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina - UEL Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, campus Paranavaí. E-mail: <thagaspar@yahoo.com.br>.

Desta forma, esse estudo através de uma pesquisa bibliográfica e documental de natureza qualitativa tem como objetivo apresentar a relação entre as mudanças do mundo do trabalho, a partir da década de 1970 e os rebatimentos para o assistente social, trabalhador, inserido na política de assistência social. Trata-se de um estudo que é parte de uma pesquisa do trabalho de conclusão de curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR, campus de Paranavaí- PR (2016).

Mudanças no mundo do trabalho e as implicações para o Serviço Social

O surgimento do capitalismo monopolista se dá na passagem do século XIX para o século XX. Para Netto (1996), trata-se de uma conjuntura mundial, que possui como principal objetivo acrescer os lucros através do controle dos mercados. Segundo Netto e Braz (2012) é através do processo de concentração e centralização do capital que há a redução das empresas, tornando a concorrência reduzida expressa através de grandes e poderosas empresas.

Após a Segunda Guerra Mundial e a segunda metade dos anos setenta, o capitalismo monopolista viveu sob a égide dos “anos dourados”, marcado pela redução dos impactos da crise, trazendo consigo recessões e não mais depressões. Nesse processo as retomadas de crises foram rápidas e intensas, tornando-as série de pequenos episódios, marcada pela dominação do crescimento econômico (NETTO e BRAZ, 2012). Nesse sentido, observou-se que o capitalismo monopolista passou por uma fase gloriosa com bons resultados e por um processo de intensificação dos monopólios, porém, esta fase não perdurou levando o capital novamente há crise, evidenciado a partir dos anos de 1970.

A partir de 1970 a onda de crescimentos, começou a apresentar sinais de esgotamento e trouxe consigo a queda das taxas de lucro, a redução do crescimento econômico. Neste momento a onda longa e recessiva que é marcada pelos “anos dourados” torna-se substituída por uma onda recessiva, que inverte a dinâmica capitalista e traz consigo novamente as crises dominantes. Ao se tratar da economia, há uma desaceleração do crescimento, queda rápida das taxas de lucro, aumento dos custos das garantias conquistadas pelos trabalhadores efetivados através dos direitos sociais. (NETTO e BRAZ, 2012).

É nesse processo que a crise dos anos setenta se evidencia, sendo marcada pelo esgotamento do regime de acumulação capitalista, que por sua vez é baseada no

modo de produção fordista/keynesiano⁴, tal modo de produção era marcado pela “rigidez” da produção em massa. O capitalismo monopolista apropria-se de um outro regime de acumulação, que tem por objetivo a sua preservação e reprodução, adotando o modo de produção “flexível”, despontando, então, um novo padrão de crescimento, estrategicamente produzido pelo capital, como resposta às “ondas longas e recessivas”, caracterizando-se em reajustes e reconversões que provocaram o contexto do surgimento das transformações societárias (NETTO, 1996).

A estratégia do capitalismo que influenciou diretamente a vida em sociedade traz consigo transformações que reconfiguram às necessidades sociais já existentes e traz novas. É nesse momento que começam a engendrar as transformações na sociedade capitalista, também chamada de transformações societárias, às quais, atingem diretamente a divisão sociotécnica do trabalho, envolvendo modificações em todos os níveis, cujas transformações são resultantes dos novos processos desenvolvidos pelo capitalismo monopolista. Traz como interesse a recuperação de suas bases e visam “aquecer” a economia, tendo como estratégia para alcançar tal mudança o modo de produção (NETTO, 1996).

As mudanças que ocorreram no modo de produção capitalista a partir da década de 1970, provocaram transformações na forma de viver em sociedade, em que o capital como meio de enfrentar a crise iniciou um processo de reorganização produtiva, composto por um sistema ideológico e político de dominação, com contornos evidentes como o neoliberalismo, a privatização do Estado, a desregulação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal. Neste período há uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora (ANTUNES, 2013).

A inserção da política neoliberal trouxe em seu âmbito o processo de regulação e reprodução social, estabelecendo outros mecanismos sociopolíticos e institucionais na relação entre capital, trabalho e o Estado. Preconiza a defesa do mercado livre, a desregulação da economia e da administração, a configuração do Estado mínimo, crítica ao sistema de seguridade social deixando apenas a realização de mínimas intervenções (ALMEIDA E ALENCAR, 2011).

⁴ Fordista/keynesiano: Tal modelo de produção, caracterizava-se pela concentração da produção homogeneizada e verticalizada em torno de determinados setores industriais, dominados por grandes monopólios que empregavam uma mão de obra numerosa (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 20).

Nesse cenário, a desqualificação do Estado que se torna o fundamento para o discurso privatista da ideologia neoliberal, sob a defesa do Estado mínimo, que possui como objetivo um Estado mínimo para o trabalhador e máximo para os detentores do capital. Se desenvolve uma cultura política que é anti Estado, visando desqualificar as regulações estatais, e à liquidação de direitos sociais, ao assalto ao patrimônio e ao fundo público. Essa desregulação é apresentada como modernização, que valoriza a sociedade civil, liberando o Estado de sua função de protetor (NETTO, 1996).

A reestruturação produtiva, as mudanças ocorridas na organização do trabalho e a hegemonia neoliberal, provocaram importantes mudanças no mundo do trabalho e reconfigurações nas políticas sociais. Elas propiciaram mudanças na forma de viver em sociedade, também tiveram influência para as profissões, conforme explica Netto (1996, p. 87) “[...] afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades, etc.”.

Assim, ao considerarmos os Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, inserido da divisão social e técnica do trabalho, entende-se o assistente social como trabalhador, e este, conseqüentemente sofre as refrações do mundo do trabalho, assim como o conjunto de trabalhadores inseridos nessa sociedade (IAMAMOTO E CARVALHO, 1988). Deste modo, as mudanças operadas na sociedade capitalista de produção a partir da década de 1970, que influenciaram em diversas transformações na sociedade, no Estado e no mundo do trabalho, também implicaram em mudanças para Serviço Social enquanto profissão inserida nesse cenário.

Destaca-se que a profissão Serviço Social possui como utilidade social a resposta de demandas sociais, o que contribui para a ampliação do capital (NETTO, 1996). Na atualidade tem por objetivo a reprodução material e social da força de trabalho (IAMAMOTO, 2007). Para compreender essa inserção da profissão na sociedade capitalista, é preciso considerar conforme Yazbek (2009, p. 126) que:

[...] o significado da profissão só pode ser desvendado em sua inserção na sociedade, ou seja, a análise da profissão, de suas demandas, tarefas e atribuições em si mesmas não permitem desvendar a lógica no interior da qual essas demandas, tarefas e atribuições ganham sentido. Assim, sendo, é preciso ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista.

Neste âmbito, Iamamoto (2009) aborda que a mundialização do capital traz consigo profundas repercussões nas políticas públicas, e em suas diretrizes, trazendo

alterações na base técnica de produção, que se apresentam através da intensificação do trabalho, novos contornos ao mercado profissional, assim como a solicitação de novas competências, habilidades e atribuições profissionais.

Através do contexto apresentado, ocorre a intensificação da exploração do trabalho profissional, por meio dos empregadores que conseqüentemente implicam em redefinições do trabalho profissional do assistente social na contemporaneidade. Os processos mencionados tornam-se evidentes através do processo de flexibilização, precarização e terceirização que incidem diretamente no mercado, através das condições e relações de trabalho. Desta forma, Raichelis aborda que:

Essa dinâmica de flexibilização/precarização atinge também o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros (RAICHELIS, 2010 apud BENEVIDES E LIMA, 2014, p. 66).

Ao retratar o trabalho do Assistente Social a partir da década de 1990, Netto (1996) evidencia que esta classe profissional sofreu e sofre com os impasses da reestruturação produtiva posta no contexto capitalista. Segundo o autor, esse agente passa a trabalhar com as novas demandas postas pela essa reestruturação produtiva, que se apresentam na sociedade através das transformações societárias ou pelas alterações político-institucionais. Passam também a realizar seu trabalho em condições desfavoráveis, inseguros pelas fragilidades da sua formação, desmotivados pelas baixas remunerações que se dá devido à concorrência de outros profissionais e por fim condicionados por lastro conservador em relação aos seus papéis e atribuições. É nesse momento, que ocorre a redução da ampliação dos espaços profissionais.

Almeida e Alencar (2011), descrevem que na atualidade, registra-se que o assistente social possui três possíveis mercados de trabalho: o Estado, as empresas e o terceiro setor. E, em cada um deles, com suas distintas particularidades, o trabalho profissional é tensionado e fragilizado pelas mudanças do mundo do trabalho e das políticas sociais. Em específico, o Estado, em que se situa as políticas sociais, dentre elas, a de assistência social, esse é o maior empregador de assistentes sociais, que por sua vez é uma das esferas mais preocupadas com a questão social. O Estado ao sofrer refrações advindas da classe capitalista começa a se organizar para implantar um novo modelo administrativo. Na conjuntura dessa reforma, uma das ferramentas utilizadas foi

a terceirização, que é utilizada para retirar parte das atribuições e obrigações da esfera estatal, contudo através desse processo há um aumento do desemprego.

Sendo o assistente social um profissional vinculado majoritariamente à esfera Estatal, o mesmo passa a sofrer com as mudanças operadas no âmbito do Estado. Este processo afetará diretamente as condições de trabalho, através dos processos de precarização, terceirização, redução da oferta de trabalho, redução de direitos, entre outros (IAMAMOTO, 2008; RAICHELLIS, 2010).

Observa-se então que o trabalho profissional na atualidade vem sendo tensionado pelo processo de reestruturação produtiva imposto pelo modo capitalista de produção, e que este processo é um dos responsáveis pela precarização das condições de trabalho que afetam diretamente o conjunto dos trabalhadores.

O trabalho do assistente social na política de assistência social: Tensão entre os avanços na gestão do trabalho e as mudanças no mundo do trabalho

Ao situarmos a assistência social como uma das políticas sociais, campo de trabalho do assistente social, se faz necessário resgatar alguns elementos acerca da construção histórica dessa política pública.

O processo de construção da assistência social como política pública inicia-se a partir da aprovação da Constituição Federal de 1988, ganhando novos contornos tornando-se política pública de proteção social, passando a compor junto com a saúde e a previdência social o chamado tripé da Seguridade Social. Assim, a assistência social passa a ser direito do cidadão e dever do Estado (BRASIL, 1988), e nesta perspectiva, começa a criar condições para o rompimento da lógica impregnada na trajetória da assistência social no Brasil, marcada anteriormente pela caridade, benemerência, clientelismo, assistencialismo e focalização, a partir de um conjunto de normativas que redirecionam a gestão e a operacionalização da política de assistência social no país.

Após a Constituição Federal de 1988, em 1993 a assistência social foi regulamentada através da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nº 8.742 de 7 de setembro de 1993, que reafirma a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, sendo a mesma política de seguridade social não contributiva, responsável por prover os mínimos sociais. Traz em seu conteúdo a regulamentação do texto constitucional, relacionadas à descentralização político-administrativa, as responsabilidades dos três entes federados, além das atribuições específicas aos órgãos

gestores. Nesta perspectiva, a assistência social passa a ter ferramentas para sua organização e direcionamento de suas ações e atividades (BRASIL, 1993).

É somente em 2004, com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que ocorre o reordenamento dos serviços socioassistenciais. A assistência social passa a ser estruturada por níveis de proteção social. Sendo dividida em dois níveis de proteção: proteção social básica, proteção social especial de média complexidade e proteção social especial de alta complexidade (BRASIL, 2004). Nessa linha, a proteção social proposta pela PNAS (2004) prevê a articulação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, hierarquizados por níveis de gestão de acordo com a complexidade da proteção a ser garantida e do porte de cada município da federação.

Observa-se então que a assistência social foi tomando novos rumos a partir da promulgação da PNAS (2004), porém, não se restringe somente a ela, mas traz outro marco importante que se constitui através da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS). A mesma aprovada em 2005 pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) assinala o pacto federativo já disposto pela LOAS (1993) e PNAS (2004) e dispõe em seu conteúdo as responsabilidades de gestão e financiamento dos entes federados, além de objetivar a integração da rede de serviços e a continuidade da padronização da oferta dos serviços socioassistenciais nos equipamentos públicos e nas entidades privadas de assistência social (BRASIL, 2005).

Além da aprovação da NOB/SUAS (2005), houve a necessidade de delinear os pontos da gestão pública do trabalho e de propor mecanismos reguladores entre os gestores, trabalhadores e prestadores de serviços socioassistenciais, estes apresentados através da aprovação e promulgação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) em 2006, que contém todos os princípios e diretrizes nacionais para a gestão do trabalho, se constituiu em um importante instrumento normativo para o reconhecimento do trabalho assistencial.

Assim, a regulamentação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH) aprovada em 2006 torna-se um marco importante para a política de assistência social, uma vez que, a mesma tem por objetivo organizar os serviços e equipes que compunham a rede socioassistencial. Além disso, as diretrizes que abordam sobre a gestão do trabalho, apresentadas na NOB/RH-SUAS (2006), contribuem para o aprimoramento da gestão do SUAS e também para a qualidade na oferta dos serviços, a fim de garantir e consolidar o direito socioassistencial.

De acordo com Silveira (2011), a NOB/RH (2006) tornou-se um grande marco político e institucional em relação à gestão do trabalho, pois, ela é responsável por disciplinar os atributos essenciais e alguns parâmetros transformados em requisitos relacionados ao financiamento e reconhecimento público.

A gestão do trabalho na política de assistência social preconiza o processo de conquista relacionado às relações de trabalho estáveis e protegidas, além de condições institucionais para alcançar aos objetivos propostos pelo projeto político do SUAS (SILVEIRA, 2011). Contudo, vale ressaltar que apesar de expressar um avanço na consolidação da gestão do trabalho, é necessário ainda que seu conteúdo seja amplamente pactuado e assumido pelos gestores da política de assistência social (BRASIL, 2006).

Destaca-se que a construção dessa política vem sendo marcada por um período histórico com particularidades econômicas, políticas e sociais. E que assim como as demais políticas sociais, situa-se em um campo de forças, que traz em seu bojo concepções, interesses, perspectivas e tradições, que vem sendo construída em um momento de disputas políticas intensas, marcada pela inserção subordinada do país no mundo globalizado e por políticas neoliberais.

Todo este contexto irá rebater nas condições de operacionalização desta política, nas condições de trabalho e conseqüentemente ao trabalhador (RAICHELIS, 2011). Assim, apesar dos avanços obtidos no que se refere à gestão do trabalho na política de assistência social, observa-se a necessidade de avanços, e estes devem ser alcançados com o esforço coletivo dos profissionais do SUAS a fim de garantir condições e instrumentos adequados para a operacionalização do trabalho profissional.

Sendo o assistente social, um desses trabalhadores responsáveis por desempenhar a política de assistência social, importante lembrar, segundo Boschetti (2011) que o compromisso da categoria é com a garantia dos direitos e a construção de uma sociedade na qual a classe trabalhadora não tenha seus direitos violados. É neste âmbito que se torna necessária uma atuação crítica, que leve em consideração a realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, a identificação de respostas do Estado e da sociedade civil, de reconhecimento e fortalecimento de espaços de lutas, de formulações e construções coletivas para criar estratégias e técnicas para ampliar a pressão sobre o Estado a fim de garantir recursos necessários para ampliação dos direitos sociais (BRASIL, 2011).

O profissional de Serviço Social pode atuar em diferentes espaços sociocupacionais como no controle social da assistência social, através dos conselhos que possuem como tarefa acompanhar a política por meio da relação entre o plano e o fundo, através de conferências responsáveis pela definição de estratégias sobre diversas diretrizes, como também a atuação nos fóruns de assistência social. Pode se inserir também no financiamento da assistência social, porém, este é um espaço que contempla diversos profissionais e que ainda se torna um espaço a ser conhecido e conquistado pelo assistente social. Nesta área, as demandas para este profissional contemplam a elaboração de planos e orçamentos, que em seguida é aprovado pelo poder Legislativo.

Como um dos profissionais a atuar na política de assistência social, o assistente social torna-se responsável em materializar a política, sendo que, necessita de uma qualificada atuação para sua materialização, pois, somente assim torna-se possível a garantia ao acesso dos usuários ao direito socioassistencial (BRASIL, 2011).

Neste processo de construção da política e da atuação profissional, deve-se levar em conta as condições de trabalho que se apresentam como determinantes para uma boa atuação profissional, afim de consolidar a política de assistência social. Somente através do reconhecimento desta política e das condições de trabalho em que se inserem os trabalhadores e que os mesmos serão reconhecidos enquanto sujeitos de direito.

Através da implantação do SUAS e devido sua rápida expansão a nível nacional, ocorre o alargamento do mercado de trabalho para os assistentes sociais e demais profissionais que atuam nessa política. Porém, esse processo torna-se contraditório, pois, ao mesmo tempo em que geram oportunidades de emprego, aprofundam-se a precarização das condições de trabalho. Ao considerar o estatuto de trabalhador assalariado dos profissionais, nota-se que os mesmos se tornam subordinados a processos de alienação, restrição de autonomia técnica e a intensificação do trabalho (RAICHELIS, 2011).

Nesse sentido, Antunes (2005) aborda que, as transformações nos espaços de atuação do assistente social têm origem nos processos macrossocietários, e que evidenciam as específicas condições e relações de trabalho no contexto geral das mudanças e morfologia no âmbito do trabalho.

Verifica-se que este processo de reestruturação atinge o mercado de trabalho do assistente social, que incide tanto na mudança e redefinição de postos de trabalho em algumas áreas, como também a ampliação e diversificação, evidenciadas pelas políticas

de seguridade social, e especialmente a política de assistência social. Raichelis (2011) aborda que tais mudanças se tornam ainda mais intensas quando são realizadas em âmbito municipal, devido às novas requisições que chegam aos municípios decorrentes da descentralização e municipalização dos serviços sociais públicos, e das inúmeras pressões que sofrem da população atendida pela política de assistência social, explica Raichelis:

[...] em um contexto social marcado pela retração e mesmo erosão do trabalho contratado e regulamentado, típico da era taylorista e fordista, cresce o trabalho precário, parcial, temporário, bem como as diferentes modalidades de flexibilização de vínculos e de direitos, além da ampliação do trabalho voluntário e das diversas formas de cooperativismo e empreendedorismo, que ocultam novos modos de gestão e (auto)exploração do trabalho. Presencia-se também a explosão do desemprego estrutural em escala global, que atinge a totalidade dos trabalhadores, sejam homens e mulheres, estáveis ou precarizados, formais ou informais, e a deterioração da qualidade do trabalho, dos salários e das condições em que ele é exercido (RAICHELIS, 2010).

Destaca-se ainda que no capitalismo contemporâneo, ocorrem intensas mudanças nos processos de organização, gestão e nas relações e vínculos da classe que vive do trabalho, estes decorrentes do processo de globalização financeirizada dos capitais e de sistemas de produção apoiados no desenvolvimento tecnológico (ANTUNES, 2005).

É através deste processo, que se torna evidente os resultados da nova morfologia do trabalho, que se apresentam através de trabalhadores flexibilizados, informalizados, precarizados, desprotegidos de direitos, pauperizados e desprovidos de organização coletiva (ANTUNES, 2005). Assim, o trabalho do assistente social também é afetado e apresenta-se através da:

[...] insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, baixos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de qualificação e capacitação profissional, entre outros (RAICHELIS, 2010).

Esses processos trazem consigo consequências para o trabalho social nas políticas públicas, pois, através da terceirização ocorre a desconfiguração da amplitude do trabalho técnico realizado pelos trabalhadores sociais como os assistentes sociais. Conta ainda, com ações que passam a ser subordinadas por prazos contratuais e aos recursos financeiros destinados a este fim, o que implica em descontinuidades,

rompimento de vínculos com usuários, descrédito da população para a realização das ações públicas (RAICHELIS, 2010).

Observa-se que o mesmo traz consigo consequências tanto no que se refere às políticas públicas, quanto no trabalho profissional. De acordo com dados do Censo SUAS (2014), verifica-se que ocorreu um gradativo aumento dos trabalhadores, partindo de 221 mil no ano de 2010 para 256 mil em 2014, o que representa um acréscimo de profissionais que estão atuando nos municípios ao longo dos anos (CENSO SUAS, 2014).

Porém, apesar de haver um gradativo aumento no que se refere aos trabalhadores da política de assistência social, dados coletados pelo Munic/IBGE (2006) evidenciam que 25% dos trabalhadores desta política nas administrações municipais em todo o país não possuíam vínculos permanentes, na qual 20% eram comissionados e apenas 38% estatutários. Dados mais relevantes ainda são apresentados por dados de 2007 extraídos da ficha de monitoramento do CRAS, que apresenta que 48,8% dos trabalhadores não possuíam vínculos permanentes, sendo 25,8% estatutários, 13,5% CLT e 12% comissionados (RAICHELIS, 2010).

Ao relacionar estes dados com dados do Censo SUAS (2014) observa-se que ocorreu uma mudança nos vínculos trabalhistas destes profissionais, porém, estas mudanças ainda não são suficientes, pois, apesar de ocorrer um aumento no que se refere ao vínculo estatutário há um contingente representado por 50,3% dos trabalhadores desta política que ainda não possuem vínculos permanentes de trabalho.

Estes dados tornam-se ainda mais relevantes ao comparar os dados de 2012, no qual observa-se que houve uma redução dos trabalhadores neste vínculo, pois, em 2012 os trabalhadores estatutários se apresentavam por 54,5% e em 2014 por 49,7%.

Apesar de ter ocorrido a redução dos trabalhadores na esfera estatal, o Estado ainda continua sendo o maior empregador do assistente social, porém, o que tem se apresentando no decorrer dos anos e na conjuntura atual é o desmonte dos direitos trabalhistas, pois, através das ideias de redução do papel do Estado, o serviço e estruturas públicas vêm sendo desmantelados, e este processo rebate diretamente nas condições de trabalho do funcionalismo público, que torna-se comprimido entre o sucateamento do espaço de trabalho e da perda de seus direitos trabalhistas e previdenciários (LINDNER, 1999). Verifica-se então, que este processo entra em contradição com o disposto na NOB-RH/SUAS (2006), que traz em seu conteúdo orientações para a organização e operacionalização do trabalho profissional no Brasil.

Observa-se assim, que apesar dos avanços obtidos juridicamente na política de assistência social, dentre elas a gestão do trabalho, ainda, o assistente social e demais profissionais do SUAS, sofrem com as refrações do modo capitalista de produção que incide diretamente na classe trabalhadora, apresentando-se principalmente pela precarização de seu trabalho.

Ao abordar este contexto na conjuntura atual observa-se que todo este processo vem se ampliando, e apresenta-se principalmente pela proposta de emenda constitucional 55 de 2016, que traz em seu bojo congelamento dos gastos públicos pelo período de 20 anos, o que acarretará no congelamento dos salários e progressões dos funcionários públicos. Neste caso, o assistente social que é um dos profissionais que compõe este grupo, conseqüentemente sofrerá com os rebatimentos deste processo, o que irá contribuir para o aumento da precarização do trabalho profissional.

Considerações finais

O presente estudo demonstrou que com o avanço do capitalismo monopolista, especificamente a partir da década de 1970, marcado pela reorganização do modo de produção ocorrem diversas mudanças na sociedade inclusive no âmbito do trabalho, sendo o assistente social um trabalhador, conseqüentemente sofrerá com as refrações do modo capitalista de produção, influenciando nas relações de trabalho, tornando-o flexibilizado e precarizado, aliado também a conjuntura neoliberal que propicia redução de direitos.

Em específico, o assistente social, trabalhador, inserido na política de assistência social, identificou-se que, mesmo o processo conjuntural estando marcado pela precarização do trabalho e destituição de direitos é possível reconhecer avanços na regulamentação e reconhecimento enquanto política pública. No que tange a gestão do trabalho, destaca-se a NOB/ RH (2006), como um avanço no debate do campo do trabalho na política de assistência social, entretanto, como já afirmado nesse estudo é um progresso no campo normativo, o desafio está na sua efetivação, tensionada pela conjuntura, ou seja, pelas transformações do modo de produção capitalista que assola o conjunto dos trabalhadores.

Referências

ALMEIDA, Ney L. T.; ALENCAR, Mônica M. T. **Serviço Social: trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. In ANTUNES, R. (org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho*, vol II. São Paulo: Boitempo, 2013.

BENEVIDES, Geis; LIMA, Maria J. O. As transformações no mundo do trabalho e os desdobramentos no trabalho do assistente social. In: **Trabalho, Educação e Formação Profissional: um debate do Serviço Social**. Bauru. 2014.

BOSCHETTI, I. Condições de trabalho e a luta dos/as assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 557-584, jul./set. 2011.

BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília (DF), 1988.

_____. Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993. **Cria a Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília (DF), 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília (DF), 2004.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS**. Brasília (DF), 2005.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS)**. Brasília (DF), 2006.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS: uma contribuição necessária**. Brasília (DF), 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2014**. Brasília (DF), 2015.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais: perfil dos municípios brasileiros**. Assistência Social 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/boletim-eletronico/informativo-suas/023/pesquisa-munic.pdf/view?searchterm=munic>> Acesso em: fev.2016.

LINDNER, Jane R. D. A reforma do Estado e o funcionalismo público: uma leitura a partir da reforma do Estado. **Katálisis**, Florianópolis, n. 4, p. 124-134, 1999.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, abr. 1996.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, 2010.

_____. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, 2011.

SILVEIRA, Jucimeire Isolda. Gestão do Trabalho: Concepção e significado para o SUAS. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS: uma contribuição necessária**. Brasília (DF): MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

YASBEK, Maria Carmelita. O significado sócio histórico da profissão. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília (DF): CFESS/ABEPSS, 2009.